



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2025
PROCESSO Nº 2025013264
ARP Nº 058/2025

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MINEIROS/GO**, inscrito no CNPJ sob o nº 11.924.138/0001-01, situado à Av. Ino Rezende nº 1.148-1.254 – Setor Cruvinel, Mineiros/GO – Paço Municipal II, Ipê Shopping, neste ato representado por sua Gestor, Sr. **Djan Barbosa de Freitas**, Secretário Municipal de Saúde, assim designado pelo Decreto nº 307/2025, órgão do **Município de Mineiros-GO**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.316.537/0001-90, assistidos juridicamente pelo Procurador Geral do Município de Mineiros, Dr. Celismar Ferreira Borges Alves, inscrito na OAB nº 22.399, com fundamento no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2025, Processo nº 2025013264**, regido pelos Decretos Municipais nº 03 e 04, ambos de janeiro de 2024, com aplicação subsidiária da Lei nº 14.133/2021, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e conforme Termos de Homologação e Adjudicação contido nos autos, Resolve lavrar nesta data e de comum acordo a presente **ATA** para **REGISTRO DOS PREÇOS**, conforme as cláusulas seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo de Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E MEDICAMENTOS HOSPITALARES**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mineiros/GO, conforme condições, quantitativos e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Parágrafo Primeiro: A presente Ata de Registro de Preços constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, com característica de compromisso para futura e eventual contratação.

Parágrafo Segundo: Registra-se o preço das **PROMITENTES CONTRATADAS**:



NOME: ALFA HOSPITALAR EIRELI
CNPJ: 39.937.286/0001-71
ENDEREÇO: AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº SN, QUADRA 41 LOTE 10 SALA 01, JARDIM NOVA ERA, APARECIDA DE GOIÂNIA
CEP: 74916-190
TELEFONE: 62 3094-8484
E-MAIL: alfahospitalar@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: PAULO FERNANDO FERNANDES NONATO
CPF: 710.148.701-78
RG:
PROCURADOR:
CPF:

NOME: CALLMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
CNPJ: 09.135.378/0001-77
ENDEREÇO: RUA 233, Nº 23, QD. 41-A, LT. 1-E, SETOR COIMBRA, GOIÂNIA-GO
CEP: 74.535-340
TELEFONE: 62 3091-1041
E-MAIL: licita@callmedhospitalar.com.br e licita01@callmedhospitalar.com.br

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: OSWALDO JOSÉ MARTINS
CPF: 585.555.441-49
RG:
PROCURADOR:
CPF:

NOME: CLM FARMA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 40.274.237/0001-85
ENDEREÇO: RUA JACINTO GODOY, N.º 390, NA CIDADE DE ERECHIM- RS
CEP: 99.700-384
TELEFONE: (54) 9.9627.6865(54)37125636
E-MAIL: clmfarma.med@gmail.com

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: CARLA EVA PRICHOA
CPF: 997.159.020-49
RG:
PROCURADOR:
CPF:

NOME: DROGAFONTE LTDA
CNPJ: 08.778.201/0001-26
ENDEREÇO: RODOVIA BR-101 NORTE KM:56,6; GALPAO:01; GALPAO:02, JARDIM PAULISTA, PAULISTA, PE
CEP: 53.409-260
TELEFONE: (081) 2102-1819 / 1815 / 1836
E-MAIL: adryano.medeiros@drogafonte.com.br

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: EUGÊNIO JOSÉ GUSMÃO DA FONTE FILHO
CPF: 293.247.854-00;
RG:
PROCURADOR: ADRYANO LUCAS MEDEIROS DE ASSIS
CPF: 072.180.034-35



NOME: G.O MEDICAL LTDA
CNPJ: 56.795.674/0001-84
ENDEREÇO: QUADRA 469, SN, LOTE 1F, PARQUE ESTRELA DALVA VI (PEDREGAL) – NOVO GAMA - GO
CEP:
TELEFONE: 61 3550-3922
E-MAIL: farmaceutico@gomedicalbr.com

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: DANIELLE DE BRITO SALES PAULINO
CPF: 006.720.751-05
RG:
PROCURADOR:
CPF:

NOME: GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 42.092.374/0001-24
ENDEREÇO: RUA PERNAMBUCO 1647, BAIRRO LINHO, ERECHIM-RS
CEP: 99704-480
TELEFONE: (54) 3712-5630
E-MAIL: licita.dgl@gmail.com

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: CAMILA LIOTTO
CPF: 036.556.450-82
RG:
PROCURADOR:
CPF:

NOME: L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
CNPJ: 35.250.918/0001-73
ENDEREÇO: RUA ANTONIO MARCELLO, Nº 207, SALA 01, BAIRRO LUTHER KING, NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO/PR
CEP: 75830-002
TELEFONE: 046 99138 2034/ (41) 98422-1391
E-MAIL: rafael.representa@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: LUCAS FERREIRA DA COSTA
CPF: 033.272.849-89
RG:
PROCURADOR:
CPF:

NOME: MAÊVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 09.034.672/0001-92
ENDEREÇO: RUA 13, S/N, QUADRA 012, LOTE 0012, POLO EMPRESARIAL GOIÁS – ETAPA IV, APARECIDA DE GOIÂNIA - GOIÁS
CEP: 74.985-144
TELEFONE: 62 3565-1038
E-MAIL: licitacao5@maevehospitalar.com.br

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: TOMAZ LOBO DE MELLO FERNANDES
CPF: 036.323.111-02
RG:
PROCURADOR:
CPF:



NOME: MEDICINALI PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
CNPJ: 20.918.668/0001-20
ENDEREÇO: RUA JACINTO GODOY - 676- CENTRO /ERECHIM- RS
CEP: 99700-384
TELEFONE: (54) 3712-1358 / FONE WHATSAPP: (54) 99615-1358
E-MAIL: medicinali@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: MARITÂNIA FILIPETTO FOLADOR
CPF: 636.437.740-87
RG:
PROCURADOR:
CPF:

NOME: NUNESFARMA PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
CNPJ: 75.014.167/0001-00
ENDEREÇO: RUA: ALMIRANTE GONÇALVES, Nº 2247, COM SEDE NA CIDADE DE CURITIBA, PARANÁ
CEP: 80250-150
TELEFONE: 41 2141-4100/ 41 99214-4100
E-MAIL: nunesfarma@nunesfarma.com.br

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: FERNANDO CESAR DA SILVA
CPF: 718.801.439-68
RG:
PROCURADOR:
CPF:

NOME: PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 37.374.797/0001-05
ENDEREÇO: QUADRA 13 LOTE 15, BAIRRO
ORLA OESTE – VILA LUZIMANGUES, PORTO NACIONAL/TO
CEP: 77.500-000
TELEFONE: (63) 4141-2151
E-MAIL: pontomedi@gmail.com / vendaspontomedi@gmail.com

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: DARLAM JUNIO DE ALMEIDA SILVA
CPF: 048.270.011-46
RG:
PROCURADOR:
CPF:

NOME: PREMIUM HOSPITALAR EIRELI - ME
CNPJ: 27.325.768/0001-91
ENDEREÇO: RUA 02, RESIDENCIAL FONTE DAS ÁGUAS, S/N, QD. 04, LT. 19 GOIANIRA-GO
CEP: 75370-000
TELEFONE: (62) 9 9221-2116 / (62) 9 9631-2489
E-MAIL: licitacao@premiumhosp.com.br

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: DIEGO DE OLIVEIRA
CPF: 704.903.642-09
RG:
PROCURADOR:
CPF:



NOME: ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME
CNPJ: 25.106.470/0001-65
ENDEREÇO: RUA BEZERRA DE MENESES, Nº 774 - SETOR PAUZANES, RIO VERDE/GO
CEP: 75.903-070
TELEFONE: [64] 2142-6862
E-MAIL: royalhospitar@gmail.com

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: GERALDO ALVES DE SOUSA
CPF: 467.509.751-00
RG:
PROCURADOR:
CPF:

NOME: SSZ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 49.648.233/0001-94
ENDEREÇO: RUA CUIABÁ 5548, BAIRRO ALTO ALEGRE - CASCAVEL/PR
CEP: 85.802-265
TELEFONE: (45) 99841-0165
E-MAIL: licitacao01@sszdistribuidora.com.br

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: ODAIR DA SILVA
CPF: 715.724.811-53
RG:
PROCURADOR:
CPF:

NOME: UNI HOSPITALAR CEARA LTDA
CNPJ: 21.595.464/0001-68
ENDEREÇO: RUA FRANCISCO JOSE ALBUQUERQUE PEREIRA, 1085 - CAJAZEIRAS - FORTALEZA/CE
CEP: 60.864-520
TELEFONE: (81) 3472-7201
E-MAIL: licitacao.ceara@unihospitalar.com.br

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: CHRISTIAN MENDES OLIVEIRA TAVARES
CPF: 484.301.613-68
RG:
PROCURADOR:
CPF:

NOME: SANTANA FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 55.007.465/0001-66
ENDEREÇO: TR SIA TR 3, LT. 1310/1320 SALA 202, ZONA INDUSTRIAL (GUARA), BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL
CEP: 71.200-032
TELEFONE: (62) 9 8595-4619/ 62 98434-9994
E-MAIL: licitacao04@distbrasil.net

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: NICOLE FILGUEIRA SANTANA DE OLIVEIRA
CPF: 041.307.031-02
RG:
PROCURADOR:
CPF:

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SEGUNDA: As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento municipal para o exercício de 2025, e serão devidamente informadas quando da efetiva contratação, conforme previsto no Decreto Municipal nº 04/2024.



DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A Contratada obrigará-se-á:

- a. Efetuar a entrega dos objetos, em perfeitas condições, em estrita observância das especificações exigidas no Termo de Referência, **em até 10 (dez) dias, contados a partir da data da ordem de fornecimento**, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, no endereço:

• **CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO (CAF): AVENIDA SANTOS DUMOND, S/Nº, ESQ. COM A RUA 02, SETOR SANTISTA, MINEIROS-GO, CEP 75.837-666.**

OBSERVAÇÃO: ou em outro local previamente designado, de acordo com a necessidade da Contratante.

- b. Permitir a fiscalização dos serviços referente à entrega, por parte do Município;
- c. Fornecer os materiais de acordo com as exigências e determinações da legislação pertinente à matéria, com prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses contados da data de entrega;
- d. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as especificações, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;
- e. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação;
- f. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);
- g. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- h. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da entrega, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- i. A falta de quaisquer dos itens não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto do Termo de Referência e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;
- j. Comunicar imediatamente a contratante sobre qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para o perfeito cumprimento do contrato;
- k. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- l. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;



- m. Indenizar terceiros e/ou ao próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- n. Manter a regularidade fiscal e trabalhista durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como apresentando, por ocasião da contratação, os documentos elencados Capítulo VI, Seção II, artigos 87 e 88 da lei 14.133/2021, quais sejam, certidões negativas de débito para com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação ao FGTS e de Débito Trabalhista;
- o. Arcar com todas as despesas relativas ao fornecimento, tais como fretes e/ou transportes;
- p. Arcar com todas as consequências de erro pelo representante da empresa encarregado de participar da Seção Pública de Lances, de forma que a Contratante não é obrigada a aceitar pedido de cancelamento ou desistência de itens cotados, por alegação da empresa de falha ou erro de funcionário na cotação.
- q. Comunicar a SMS, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento da entrega dos materiais, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.
- r. Cumprir fielmente o que estabelece no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro, de forma que os materiais a serem entregues estejam em perfeito estado e dentro das normas técnicas estabelecidas pelos órgãos reguladores.
- s. Reparar, corrigir, remover as suas expensas, substituir no total ou em parte, objetos que apresentem vícios, defeitos, falhas ou incorreções resultantes de sua utilização, prazo de validade em desacordo, no período máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem ônus para a Contratante.
- t. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação.
- u. Manter endereço, telefones, e-mails e outros meios de comunicação sempre atualizados, devendo comunicar de forma imediata ao Contratante quaisquer mudanças ou alterações feitas nestes.

CLÁUSULA QUARTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo estabelecido.
- b. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada às dependências do Órgão contratante, prestando-lhes os esclarecimentos pertinentes;
- c. Exercer a fiscalização do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei n. 14.133/2021.
- d. Comunicar/Notificar à empresa Contratada sobre possíveis irregularidades observadas na prestação dos serviços fornecidos, para imediata correção;
- e. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.
- f. Fiscalizar a entrega dos itens, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Termo.



- g. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da Ata;
- h. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUINTA: DA EXECUÇÃO

5.1. A ARP deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as normas da Lei nº 14.133/2021 e Decretos municipais nº 03 e 04, ambos de janeiro de 2024, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Os medicamentos entregues deverão, obrigatoriamente, obedecer às exigências e especificações constantes da Anvisa e ABNT, quando for o caso, bem como a toda legislação que os rege.

5.3. A entrega dos medicamentos ora contratados será acompanhada e fiscalizada por representante da Contratante, com atribuições específicas bem como representante designado da Contratada.

5.4. A fiscalização exercida na prestação dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

5.5. Em caso de necessidade, o quantitativo estipulado poderá ser alterado de acordo com a normativa vigente e as necessidades verificadas pelo Contratante.

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA SEXTA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses** contados de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Goiás (DOM), podendo ser prorrogado nos termos do Art. 84 da NLLC nº 14.133/2021. Em havendo a prorrogação contratual, adotar-se-á para correção, o índice oficial INPC ou outro que venha a substituí-lo.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato decorrente da ARP terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, podendo, ainda, ser alterado em conformidade com o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA GARANTIA

CLÁUSULA SÉTIMA: O preço registrado, a quantidade e o prestador dos serviços constantes desta, encontram-se discriminados na tabela abaixo:

ITEM	FORCENEDOR/ CNPJ	COTAS	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL	MARCA	MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	DROGAFONTE LTDA, CNPJ 08.778.201/0001-26	EXCLUSIVO MEPEP	ÁCIDO VALPROICO 500MG COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	60.000	BIOLAB SANUS-SP (SP)	CPR	R\$ 0,683	40.980,00



ITEM	FORCENEDOR/ CNPJ	COTAS	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL	MARCA	MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, CNPJ 20.918.668/0001-20	COTA PRINCIPAL	CARBONATO DE CALCIO 1250MG (CALCIO ELEMENTAR 500MG) COMPRIMIDO	SOMENTO MEDICAMENTO	COMPRIMIDO	425.000	Nesh Cálcio 1250mg (Eq. 500mg cálcio)	cx c/60 comp. rev - M.S.: 1179500040032	R\$ 0,750	318.750,00
3	L FERREIRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 35.250.918/0001-73	COTA RESERVADA	CARBONATO DE CALCIO 1250MG (CALCIO ELEMENTAR 500MG) COMPRIMIDO	SOMENTO MEDICAMENTO	COMPRIMIDO	75.000	NESH CALCIO	NUNESFARMA	R\$ 0,850	63.750,00
4	DROGAFONTE LTDA, CNPJ 08.778.201/0001-26	EXCLUSIVO MEIEPP	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO DE 100MG COMPRIMIDO	SOMENTE EM BLISTER	UNIDADE	59.000	CRISTALIA- SP (SP)	CPR	R\$ 0,340	20.060,00
5	GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 42.092.374/0001-24	EXCLUSIVO MEIEPP	DIGOXINA 0,25MG COMPRIMIDO	SOMENTE EM BLISTER	UNIDADE	25.000	teuto	und	R\$ 0,180	4.500,00
6	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME, CNPJ 25.106.470/0001-65	EXCLUSIVO MEIEPP	ESTROGÊNIO CONJUGADO 0,625MG DRÁGEA	SOMENTE EM BLISTER	UNIDADE	20.000	CIFARMA	CIFARMA	R\$ 1,570	31.400,00
7	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME, CNPJ 25.106.470/0001-65	EXCLUSIVO MEIEPP	FENITÓINA 100MG COMPRIMIDO	SOMENTE EM BLISTER	UNIDADE	64.100	TEUTO	TEUTO	R\$ 0,180	11.538,00
8	PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 37.374.797/0001-05	EXCLUSIVO MEIEPP	LEVOTIROXINA 50MCG COMPRIMIDO	SOMENTE EM BLISTER	UNIDADE	48.000	MERCK	CPR	R\$ 0,280	13.440,00
9	MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 09.034.672/0001-92	EXCLUSIVO MEIEPP	NIFEDIPINO 20MG COMPRIMIDO	SOMENTE EM BLISTER	UNIDADE	200.000	BRAINFARMA	BRAINFARMA	R\$ 0,055	11.000,00
13	MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 09.034.672/0001-92	EXCLUSIVO MEIEPP	ACICLOVIR 250 MG PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INTETÁVEL		FRASCO/ AMPOLA	200	UNIAO QUIMICA	UNIAO QUIMICA	R\$ 7,000	1.400,00
14	MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 09.034.672/0001-92	EXCLUSIVO MEIEPP	ACETILCISTEÍNA 100MG/ML 3ML		AMPOLA	12.000	UNIAO QUIMICA	UNIAO QUIMICA	R\$ 2,770	33.240,00
15	UNI HOSPITALAR CEARA LTDA, CNPJ 21.595.464/0001- 68	COTA PRINCIPAL	ALFAPORACTANTO 240MG (80MG/ML - 3ML)		FRASCO/ AMPOLA	43	CUROSURF/C HIESI	FRASCO/AMPO LA	R\$ 2.395,140	102.991,02



ITEM	FORCENEDOR/ CNPJ	COTAS	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL	MARCA	MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
18	UNI HOSPITALAR CEARA LTDA, CNPJ 21.595.464/0001-68	COTA PRINCIPAL	ANIDULAFUNGINA 100MG PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA		FRASCO	1.020	GENERICO/PFIZER	FRASCO	R\$ 387,200	394.944,00
21	PREMIUM HOSPITALAR EIRELI ME, CNPJ 27.325.768/0001-91	EXCLUSIVO ME/EP	BUDESONIDA + FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO 6+100MCG POR INALAÇÃO 120 DOSES	SUSPENSÃO AEROSOL C/ 120 DOSES	FRASCO	400	FQM	SYMBICORT - FR 120DS	R\$ 159,000	63.600,00
22	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME, CNPJ 25.106.470/0001-65	COTA PRINCIPAL	BUDESONIDA + FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO 6+200MCG POR INALAÇÃO 120 DOSES	SUSPENSÃO AEROSOL C/ 120 DOSES	FRASCO	425	ASTRAZENECA	ASTRAZENECA	R\$ 146,620	62.313,50
23	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME, CNPJ 25.106.470/0001-65	COTA RESERVADA	BUDESONIDA + FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO 6+200MCG POR INALAÇÃO 120 DOSES	SUSPENSÃO AEROSOL C/ 120 DOSES	FRASCO	75	ASTRAZENECA	ASTRAZENECA	R\$ 146,620	10.996,50
24	GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 42.092.374/0001-24	EXCLUSIVO ME/EP	CICLOBENZAPRINA 10MG		COMPRIMIDO	1.800	cimed	und	R\$ 0,110	198,00
26	SANTANA FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 55.007.465/0001-66	EXCLUSIVO ME/EP	CLOPIDOGREL 75MG CPR	SOMENTE EM BLISTER	UNIDADE	6.000	EMS	EMS	R\$ 0,464	2.784,00
27	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME, CNPJ 25.106.470/0001-65	EXCLUSIVO ME/EP	CLORETO DE SÓDIO 0,9% - 10ML		AMPOLA	3.000	ISO FARMA	ISO FARMA	R\$ 0,250	750,00
29	CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 40.27.4237/0001-85	* EXCLUSIVO ME/EP	NALBUFINA, CLORIDRATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL		AMPOLA	100	cristalia	cristalia	R\$ 18,550	1.855,00
30	CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 40.27.4237/0001-85	EXCLUSIVO ME/EP	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25MG (5MG/ML 5ML) SOL. INJETÁVEL		AMPOLA	6.000	cristalia	cristalia	R\$ 4,090	24.540,00
31	MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 09.034.672/0001-92	EXCLUSIVO ME/EP	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML - 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL		AMPOLA	1.200	UNIAO QUIMICA	UNIAO QUIMICA	R\$ 2,130	2.556,00
34	CALLMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ 09.135.378/0001-77	* EXCLUSIVO ME/EP	ESCETAMINA 500MG (50MG/ML 10ML) SOL. INJETAVEL		FRASCO/AMPOLA	500	CRISTALIA	FRASCO/AMP	R\$ 82,530	41.265,00



ITEM	FORCENEDOR/ CNPJ	COTAS	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL	MARCA	MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
35	PREMIUM HOSPITALAR EIRELI ME, CNPJ 27.325.768/0001-91	EXCLUSIVO MEIEPP	EXTRATO FLUIDO DE CAMOMILLA RECUTITA - 100MG/G - POMADA DE 10G	TUBO/ BISNAGA	TUBO	50	BIOLAB	AD MUC - 10G	R\$ 54,830	2.741,50
36	SSZ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 49.648.233/0001-94	*EXCLUSIVO MEIEPP	FLUMAZENIL 0,5MG (0,1MG/ML-5ML)		FRASCO/ AMPOLA	500	UNIAO QUIMICA		R\$ 5,580	2.790,00
37	G.O MEDICAL LTDA, CNPJ 56.795.674/0001-84	COTA PRINCIPAL	IMIPENEM 500MG + CILASTATINA 500MG PÓ P/ SOL. INJETÁVEL		FRASCO/ AMPOLA	4.250	ABL	UND	R\$ 53,100	225.675,00
38	G.O MEDICAL LTDA, CNPJ 56.795.674/0001-84	COTA RESERVADA	IMIPENEM 500MG + CILASTATINA 500MG PÓ P/ SOL. INJETÁVEL		FRASCO/ AMPOLA	750	ABL	UND	R\$ 53,100	39.825,00
41	CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 40.27.4237/0001-85	**EXCLUSIVO MEIEPP	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO SEM VASO 1% 20ML SOL. INJETÁVEL	SEM VASOCONSTRITOR, EM ESTOJO ESTERILIZADO.	AMPOLA	2.500	cristalia	cristalia	R\$ 12,900	32.250,00
42	ALFA HOSPITALAR EIRELI, CNPJ 39.937.286/0001-71	EXCLUSIVO MEIEPP	METILPREDNISOLONA 500 MG PÓ P/ SOL. INJETÁVEL		FRASCO/ AMPOLA	1.200	BLAU	METILPREDNISOLONA 500 MG PO P SOL INJETAVEL+METIL	R\$ 21,948	26.337,60
47	DROGAFONTE LTDA, CNPJ 08.778.201/0001-26	EXCLUSIVO MEIEPP	PARACETAMOL 500MG + FOSFATO DE CODEINA 30MG		COMPRIMIDO	14.400	GEOLAB-GO (GO)	CPR	R\$ 0,431	6.206,40
48	PREMIUM HOSPITALAR EIRELI ME, CNPJ 27.325.768/0001-91	EXCLUSIVO MEIEPP	PROGESTERONA 100MG CÁPSULAS MOLES	SOMENTE EM BLISTER	CAPSULA	600	EXELTIS	GYNPRO - CX C/ 30	R\$ 2,200	1.320,00
49	MEDICINALI PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, CNPJ 20.918.668/0001-20	EXCLUSIVO MEIEPP	PROGESTERONA 200MG CÁPSULAS MOLES	SOMENTE EM BLISTER	CAPSULA	1.000	JUNNO	FARMOQUIMICA /REFERENCIA CX C/30	R\$ 4,390	4.390,00
50	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME, CNPJ 25.106.470/0001-65	EXCLUSIVO MEIEPP	SACCHAROMYCES BOULARDII - 17, 200MG PÓ ORAL PEDIÁTRICO - ENVELOPE	ENVELOPE	UNIDADE	1.500	CIFARMA	CIFARMA	R\$ 2,570	3.855,00
51	MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 09.034.672/0001-92	EXCLUSIVO MEIEPP	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 80MG + 400MG - 5ML		AMPOLA	1.000	BRAINFARMA	BRAINFARMA	R\$ 3,534	3.534,00



ITEM	FORCENEDOR/ CNPJ	COTAS	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL	MARCA	MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
52	ALFA HOSPITALAR EIRELI, CNPJ 39.937.286/0001-71	EXCLUSIVO MEPP	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% - 10ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	4.000	SAMTEC	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% 10MLSULFATO MAGNÉSIO 50%	R\$ 6,576	26.304,00
53	DROGAFONTE LTDA, CNPJ 08.778.201/0001-26	EXCLUSIVO MEPP	SULFATO DE SALBUTAMOL 0,5MG/ML - 1ML		AMPOLA	1.000	HIPOLABOR-MG (MG)	AMP	R\$ 14,919	14.919,00
56	UNI HOSPITALAR CEARA LTDA, CNPJ 21.595.464/0001-68	COTA PRINCIPAL	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 400MCG/ML - 2ML CAIXA COM 10 FLACONETES	FLACONETE	CAIXA	2.040	CLENIL A/CHIESI	CX. COM 10 FLACONETES	R\$ 67,700	138.108,00

Parágrafo Primeiro: O valor total da presente Ata é de **R\$ 1.787.106,52** (um milhão setecentos e oitenta e sete mil cento e seis reais e cinquenta e dois centavos).

CLÁUSULA OITAVA: DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observando os seguintes requisitos:

- Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até (90) noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços, conforme previsto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Municipal nº 04/2024.
- O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 8.1.



8.2. Dos limites para as adesões

- a. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes, conforme art. 86 §4º, Lei nº 14.133/2021.
- b. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- c. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 8.2.

8.3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 8.2, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Vedação a acréscimo de quantitativos

- a. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA NONA: Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 086/2025, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

CLÁUSULA DÉCIMA: O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato.

DO PAGAMENTO À CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O MUNICÍPIO ou os órgãos municipais pagará à CONTRATADA, pelos fornecimentos dos objetos, de valor registrado nesta Ata de acordo com a quantidade de produto efetivamente entregue, **em até 30 (trinta) dias a partir de cada remessa entregue** devidamente atestada pelo recebedor autorizado, mediante apresentação da nota fiscal e documentos fiscais correlatos.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O pagamento será efetuado através de crédito em conta bancária, exclusivamente em nome da contratada, mediante apresentação do documento fiscal competente, juntamente com os documentos pertinentes.

Parágrafo Primeiro: O documento fiscal deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:

- a. Certidão Negativa de Débitos Estadual, Municipal e Federal;
- b. Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal;

Parágrafo Segundo: O documento fiscal não aprovado pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos municipais será devolvido à CONTRATADA para as devidas correções, passando a contar novos prazos previstos nesta Cláusula, a partir da data de sua reapresentação e consequente aprovação.

Parágrafo terceiro: A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao sistema de cadastro de fornecedores da Prefeitura para verificação da situação da contratada em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas também no processo licitatório, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

DAS ALTERAÇÕES, ATUALIZAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO CANCELAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
 - c.1) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, INPC, ou outro que venha a substituí-lo.
 - c.2) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

- I. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



- a. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará quando houver, os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
 - b. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
 - c. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- II. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- a. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
 - b. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
 - c. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado sua habilitação conforme edital.
 - d. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
 - e. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, nos termos legais.
 - f. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;



- c. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462/2023; ou
- d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - d.1)** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- e. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- f. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva (quando houver), observada a ordem de classificação.
- g. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
 - g.1)** Por razão de interesse público;
 - g.2)** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - g.3)** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: As condições relativas à garantia prestada são as estabelecidas no Termo de Referência.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal vigente a Contratada que:

- a. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b. Pelo atraso injustificado, pela inexecução total ou parcial do objeto;
- c. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d. Fraudar na execução da ata;
- e. Comportar-se de modo inidôneo;
- f. Cometer fraude fiscal;



- g. Não mantiver a proposta.
- h. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- I. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - II. Multa não inferior a 5% (cinco por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total do objeto;
 - III. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Mineiros/GO pelo prazo de até 3 (três) anos, observado o disposto no art. 156, §4º, da Lei n.º 14.133/2021.
 - IV. Declaração de inidoneidade nos termos e prazos do art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021, para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
 - i. Também fica sujeito às penalidades do art. 155, III e IV da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:
 - I. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - III. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
 - j. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
 - k. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
 - l. As penalidades serão registradas no Cadastro Municipal.
 - m. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Administração Municipal.
 - n. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, a Contratada responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, cobrada judicialmente.
 - o. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pela Contratada e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o cancelamento da Ata.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA: O presente *Termo de Ata* poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 104 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: É admissível a fusão, cisão ou incorporação da *Contratada* com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da ata; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da *Administração* à continuidade da ata.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à *Contratada* o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: A *Contratada* reconhece os direitos da *Contratante* em caso de rescisão administrativa prevista no art. 104 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: O *Termo de Rescisão* será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c. Indenizações e multas.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Os casos omissos serão decididos pela *Contratante*, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais de licitações, contratos administrativos e subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais das atas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Incumbirá à *Contratante* providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, nos Diários Oficiais pertinentes, no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: A fiscalização e acompanhamento desta Ata de Registro de Preços ficarão a cargo do(a) servidora Sr.^a **CAMILA DE MELO OLIVEIRA**, inscrito no CPF nº. 020.673.601-08, o qual competirá todas as atribuições pertinentes a função, por meio de Ato de Designação do(a) **Gestor dos Contratos Sr. Djan Barbosa de Freitas**, Secretário Municipal de Saúde de Mineiros/GO, designado pelo Decreto nº 307/2025, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego do fornecimento inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da *Contratante*.

Parágrafo Segundo: O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando



o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

Parágrafo Terceiro: O fiscal da contratação informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em vias de igual teor e forma.

Mineiros, 10 de novembro de 2025.

DJAN BARBOSA DE FREITAS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MINEIROS/GO
CONTRATANTE

CONTRATADA:

ALFA HOSPITALAR EIRELI
CNPJ: 39.937.286/0001-71

CALLMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
CNPJ: 09.135.378/0001-77



G.O MEDICAL LTDA
CNPJ: 56.795.674/0001-84

CLM FARMA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 40.274.237/0001-85

DROGAFONTE LTDA
CNPJ: 08.778.201/0001-26



MAÊVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 09.034.672/0001-92

MEDICINALI PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
CNPJ: 20.918.668/0001-20

PREMIUM HOSPITALAR EIRELI - ME
CNPJ: 27.325.768/0001-91



L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
CNPJ: 35.250.918/0001-73

NUNESFARMA PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
CNPJ: 75.014.167/0001-00

PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 37.374.797/0001-05



SSZ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 49.648.233/0001-94

UNI HOSPITALAR CEARA LTDA
CNPJ: 21.595.464/0001-68

SANTANA FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 55.007.465/0001-66



GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 42.092.374/0001-24

ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME
CNPJ: 25.106.470/0001-65

CAMILA DE MELO OLIVEIRA
CPF/MF N° 020.673.601-08
Fiscal da Ata

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF:

2) _____
CPF: